



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

LEI Nº. 1362/2025

DE 19 DE DEZEMBRO 2025.

**INSTITUI O SEMANÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE – PB, ESTABELECE SUA FORMA DE PUBLICAÇÃO, AUTENTICIDADE, PERIODICIDADE E EFEITOS JURÍDICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Semanário Oficial do Município de Mamanguape (SOMM), veículo oficial de publicação, divulgação e preservação de atos normativos e administrativos do Poder Executivo Municipal, com periodicidade mínima semanal e forma preferencialmente digital, assegurando-se sua autenticidade, integridade, publicidade, acessibilidade e preservação.

**Art. 2º** O Semanário Oficial será disponibilizado, gratuitamente, em:

- I – portal eletrônico oficial do Município;
- II – aplicativo “Mamanguape Tá ON”;
- III – repositório público de dados abertos do Município, quando houver;
- IV – outros canais digitais oficiais, a critério do Executivo.

**§ 1º** O acesso ao conteúdo será gratuito e irrestrito.

**§ 2º** O Município assegurará acessibilidade do conteúdo, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (LBI), incluindo leitura por leitores de tela e contraste adequado.

**Art. 3º** A publicação no Semanário Oficial constitui condição de eficácia dos atos normativos e administrativos de competência municipal, quando a legislação exigir publicidade oficial, sem prejuízo de publicações em outros meios oficiais quando exigidas por normas federais/estaduais ou por edital.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

**Parágrafo único.** Para licitações e contratos, prevalecerá o regime de publicidade da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos municipais, admitida a publicação complementar no Semanário Oficial.

**Art. 4º** Serão publicados no Semanário Oficial, dentre outros:

- I – leis, decretos, portarias, instruções normativas e resoluções;
- II – editais, avisos, chamamentos públicos, credenciamentos, e atos de licitações e contratos (incluindo extratos, termos aditivos, apostilamentos e rescisões);
- III – nomeações, exonerações, designações, lotações e atos de pessoal;
- IV – relatórios, balanços, prestações de contas e demonstrativos exigidos por lei;
- V – atos da Controladoria, Procuradoria-Geral, Secretarias e entidades da Administração Indireta;
- VI – pautas, atas resumidas e deliberações de conselhos municipais;
- VII – erratas, retificações e revogações.

**Art. 5º** A gestão editorial e tecnológica do Semanário Oficial caberá à unidade de comunicação institucional do Município (SECOM ou equivalente), em articulação com a Procuradoria-Geral do Município (PGM) e a Controladoria-Geral, observadas as seguintes competências:

- I – órgão emissor: responsabilidade pelo conteúdo, legalidade material, clareza e envio no prazo;
- II – PGM: revisão jurídica formal dos atos normativos antes do envio;
- III – SECOM: padronização, diagramação, autenticação digital, publicação, guarda e preservação.

**Art. 6º** A edição ordinária do Semanário Oficial será publicada às sextas-feiras, com fechamento editorial às 12h da quinta-feira imediatamente anterior.

**§ 1º** Poderá haver edição extraordinária a qualquer tempo e em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para matérias urgentes, situações emergenciais ou atos com prazos legais que não possam aguardar a edição ordinária.

**§ 2º** Se a sexta-feira for feriado, ponto facultativo ou houver indisponibilidade técnica, a edição ordinária poderá ser antecipada ou postergada para o primeiro dia útil subsequente, com aviso no portal.

**Art. 7º** A autenticidade e integridade dos exemplares serão asseguradas por:



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

I – assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil) ou avançada (conta gov.br) do responsável pela publicação;

II – hash criptográfico e QR Code de verificação pública em cada edição;

III – armazenamento em formato PDF/A ou sucedâneo de preservação digital;

IV – registro do carimbo de tempo (timestamp) e trilha de auditoria.

**Art. 8º** Cada edição conterá, no mínimo: capa com identificação oficial, numeração sequencial anual, data, expediente, sumário, seções padronizadas por tema, e rodapé com hash, QR Code e link público de verificação.

**Art. 9º** Os órgãos e entidades municipais deverão remeter o material para publicação até o fechamento editorial definido no art. 6º, observando-se:

I – texto final revisado, em formato aberto editável e PDF;

II – indicação da base legal e unidade responsável;

III – dados essenciais para efeitos da Lei nº 14.133/2021 quando se tratar de atos de compras públicas;

IV – observância às regras de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018).

**Art. 10** Erratas somente serão admitidas para correção de erro material ou de forma, mediante justificativa do órgão emissor e menção expressa à edição e à página afetadas.

**§ 1º** Quando o erro material comprometer substancialmente o conteúdo ou a compreensão do ato, de modo que a errata seja insuficiente, o órgão emissor poderá determinar a republicação integral do ato, mediante justificativa fundamentada, fazendo constar expressamente tratar-se de republicação e indicando o número da edição original.

**§ 2º** A republicação não altera a data de vigência original do ato, salvo disposição expressa em contrário.

**Art. 11** O Município manterá acervo histórico digital do Semanário Oficial, com busca textual, indexação por tema, órgão emissor, data e número da edição, garantida a preservação mínima pelo prazo legal aplicável aos documentos públicos.

**§ 1º** O Município manterá cópias de segurança (backup) em locais fisicamente distintos, com política de recuperação de desastres que assegure a continuidade das publicações e a recuperação do acervo em caso de sinistro.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

**Art. 12** O Executivo poderá regulamentar esta Lei para detalhar: padrões editoriais, templates, fluxos de envio, prazos, metadados, taxonomias, políticas de preservação digital, retificação e contingência tecnológica.

**Art. 13** Esta Lei não substitui publicações em diários oficiais estaduais, federais ou em veículo indicado por consórcio/associação municipal quando obrigatórias. Enquanto perdurar tal obrigatoriedade, as publicações no Semanário Oficial terão efeito complementar, assegurando ampla publicidade.

**Art. 14** Os custos operacionais correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo o Executivo firmar parcerias e contratos de tecnologia para hospedagem, autenticação, preservação digital e indexação.

**Art. 15** Ficam asseguradas a transparência ativa e a disponibilização dos dados do Semanário Oficial em formato aberto e com metadados que permitam o reuso e a extração, observada a LGPD.

**Art. 16** O Semanário Oficial passará a produzir efeitos a partir da primeira edição publicada em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

**§ 1º** Até a publicação dessa primeira edição, permanece integralmente vigente o regime de publicações atualmente utilizado pelo Município.

**§ 2º** Os atos já publicados em outros diários ou meios oficiais não precisam ser republicados no Semanário Oficial, preservada sua validade e eficácia.

**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 18** Esta Lei entra em vigor após 30 (trinta) dias de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mamanguape, Estado da Paraíba, em 19 de dezembro de 2025.

  
**JOAQUIM FERNANDES DE OLIVEIRA NETO**  
Prefeito Constitucional